

1 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
2 CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE ASSESSORAMENTO - CTPA/CRH/DF
3 ATA DA 2ª REUNIÃO/2017
4

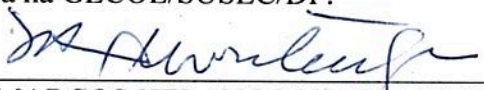
5 Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às nove horas, no SEP
6 Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar - 4ª andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil, ocorreu a 2ª
7 reunião de 2017 da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do Conselho de
8 Recursos Hídricos do Distrito Federal – CTPA/CRH/DF, com a seguinte pauta:
9 Impactos da crise hídrica na qualidade da água consumida pela população do DF.
10 Fizeram-se presentes o Presidente da CTPA, Sr. MARCOS HELANO FERNANDES
11 MONTENEGRO/ABES/DF, que presidiu a reunião, e os seguintes conselheiros:
12 FERNANDO LUIS DO R. M. STARLING/CAESB, RENATA MACHADO
13 MONGIN/IBRAM, SÉRGIO KOIDE/UNB, IRENE CUSTÓDIA MAGALHÃES
14 MESQUITA/SEMA. Participaram como convidados: Rosane C. Andrade/MS, Paulo
15 Queiroz de Araújo/CAESB, Ricardo Cosme Arraes Moreira/CAESB, Rodrigo Augusto
16 Barbosa/ADASA, Rossana Castro/ADASA, Guliver Brito de Azevedo/DIVAL-DF,
17 Priscilla Regina da Silva/EMATER-DF. **O Presidente** cumprimentou a todos e deu por
18 aberta a reunião. A seguir informou que o Conselho está se debruçando nas questões da
19 crise por que passa o abastecimento de água no DF e nas dificuldades enfrentadas para
20 atender as demandas de uso rural e urbano. Nesse contexto, em reuniões passadas do
21 Conselho foram levantadas questões relacionadas ao impacto que essa situação está
22 trazendo para a saúde pública. Na última reunião do CRH os representantes da
23 DIVAL/DF trouxeram uma informação importante de que foi constatado aumento
24 significativo nos focos do mosquito *Aedes Aegypti* nos domicílios, decorrente de
25 reservatórios inadequados em função da necessidade de armazenamento de água para se
26 adequar ao racionamento. **O Presidente** informou que esteve pessoalmente na DIVAL
27 conversando com o Sr. Guliver e Sr. Denilson, diretor. Informou que na DIVAL existe
28 a divisão que cuida da qualidade da água para consumo humano, nos termos da Portaria
29 2.914/2011 do Ministério da Saúde, que “dispõe sobre os procedimentos de controle e
30 de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade”.
31 O Conselho questionou como está a qualidade da água distribuída para consumo
32 humano pela CAESB, em virtude da intermitência programada pelo racionamento. A
33 referida portaria do MS, no seu Art. 26 trata do tema da situação de emergência, da
34 interrupção, pressão negativa e intermitência no sistema de abastecimento, como um
35 agravo na qualidade da água, informando que compete ao responsável pela operação do
36 sistema de abastecimento da água para consumo humano notificar a autoridade de saúde
37 pública e autoridade reguladora, no caso a DIVAL e a ADASA, e a população, sempre
38 que houver situações de emergência com potencial para atingir a segurança de pessoas e
39 de bens, etc. Informou que além do exposto, sabe-se que aumentou a demanda de água
40 por carro pipa e isso aumenta a vulnerabilidade da qualidade da água e da saúde pública.
41 Nos termos da Portaria 2.914/11 - MS há duas atividades relacionadas com a
42 potabilidade da água para consumo humano: controle da qualidade da água (de
43 responsabilidade do prestador do serviço) e a vigilância (de responsabilidade da
44 DIVAL/SES/DF). O Controle deve ser submetido a um controle externo que deve ser
45 feito pela DIVAL. A segunda atividade é a vigilância que é de competência própria da
46 DIVAL. Essas questões vão nortear as discussões nessa Câmara Técnica. A **senhora**
47 **Rosane/MS** ratificou as informações do Presidente da CT de que segundo a Portaria do
48 MS abrange o controle (do abastecimento convencional e alternativo de água) e a
49 vigilância (atuando nas três formas de abastecimento: sistema de distribuição, soluções
50 alternativas coletivas e individuais) da qualidade da água. O Plano de Amostragem
51 colocado pela Portaria 2.914/11 - MS é para o controle. Para a vigilância há a Diretriz

52 de monitoramento da qualidade da água (que trás a frequência, prioridades de ponto de
53 coleta de água, etc., que devem ser feitas como uma contrapartida das análises do
54 controle). O prestador de serviço pode alimentar o sistema (SISAGUA) ou pode enviar
55 para a autoridade de saúde alimentar o sistema. Explicou que o grande problema
56 identificado é a busca por sistemas alternativos individuais de abastecimento, que nem
57 sempre são seguras. Lembrou que o aumento identificado dos casos de incidência de
58 diarreia, provavelmente é devido ao abastecimento por carro pipas, o que demanda
59 fiscalização por parte da DIVAL aos carros pipas, que devem transportar sempre água
60 tratada. Se esses carros não são fiscalizados eles podem transportar outros líquidos e
61 também água para consumo humano. Informou que por algumas vezes o MS já ofereceu
62 treinamentos e que a Vigilância do DF não tem comparecido. **O Presidente** passou a
63 palavra ao representante da DIVAL, Sr. Guliver, que informou que, a Secretaria de
64 Saúde passa por momentos difíceis em virtude da desestruturação da equipe mas que se
65 organiza para oferecer um controle e fiscalização satisfatórios. Que é objetivo da
66 Secretaria melhorar a participação nos eventos da MS, que são de grande valia para a
67 SES/DF. A **senhora Rossana/ADASA** informou que em breve o SISAGUA estará
68 oferecendo a migração dos resultados das análises feitas pelo controle para o sistema,
69 mas isto não libera a DIVAL de analisar esses dados (que é o controle propriamente
70 dito) e que breve também será possível acessar os relatórios da Vigilância, visto que os
71 do controle já são oferecidos. O Plano de Amostragem é gerado pelo sistema, mas
72 precisa ser validado pela DIVAL. O Presidente passou a palavra ao senhor
73 **Ricardo/CAESB** que informou que a instituição está abastecendo diretamente o
74 SISAGUA e que o laboratório está estudando uma forma de migrar os dados do
75 laboratório diretamente para o sistema. Sobre o monitoramento da qualidade da água
76 consumida pela população do DF, informou que a CAESB conta com cinco gerências
77 atuando no processo e que o monitoramento processou mais de 240 mil análises em
78 2016. Apresentou ainda, os dados de monitoramento para o plano de racionamento
79 instalado no DF. Apresentou os dados de resultado das análises (físico químicos e
80 bacteriológicos). Segundo o apresentador os dados se mantiveram inalterados no
81 período do racionamento, exceto nos parâmetros Cloro, que não está sendo analisado no
82 campo, e a turbidez, que apresentou diferença. Os demais se mantiveram dentro das
83 medidas de normalidade. A **senhora Rossana/ADASA** lembrou que os dados de
84 turbidez são preocupantes porque, apesar de ser um parâmetro físicoquímico, também
85 se apresenta como parâmetro biológico. Perguntou se a CAESB tem feito algo para
86 melhorar a turbidez na rede. **O Presidente da CT** perguntou o que não está
87 funcionando a contento na CAESB que precisa ser melhorado. Lembrou que no dia da
88 recuperação do sistema é que devia ser realizado a análise e, ao que parece, a CAESB
89 não está fazendo análise de controle rotineiramente. O representante da CAESB
90 informou que estas análises não estão sendo feitas de forma rotineira. A **senhora**
91 **Rossana/ADASA** lembrou que a alta turbidez traz basicamente dois problemas: o cloro
92 residual encontrado na rede não é efetivo contra protozoários e o consumidor recebendo
93 água com turbidez elevada vai buscar fontes alternativas de abastecimento, que
94 geralmente não são seguras. O **Conselheiro Sérgio Koide/UnB** lembrou que a Portaria
95 não é muito clara sobre a forma que deve ser feita a escolha dos pontos de amostragem.
96 As recomendações se mostram muito vagas, por exemplo: o que são pontos críticos?
97 Onde que estão os pontos de amostragem? Lembrou que é válido a CAESB ter um
98 mapa para demonstrar a distribuição e que deve ter rede móvel para as questões de
99 risco. Indagou se nesse momento de crise o que a CAESB quer é cumprir normas ou
100 quer verificar se existem problemas e onde estão? Tem que ter uma equipe a parte que
101 deve atuar na hora e nos pontos de maior problema. A hora de maior problema é
102 exatamente no período de retorno: se houver alteração de turbidez em um dia de



103 retorno, não por motivo de contaminação e sim pelos níveis de ferro, onde tem
104 tubulação de ferro a água descola a ferrugem e os níveis de ferro sobem. A UnB é um
105 exemplo disso, pois as tubulações têm mais de cinquenta anos. É preciso identificar na
106 rede alguns pontos críticos, por exemplo: nos pontos de baixada e zonas alagadiças
107 esses são os pontos frágeis a serem investigados, sendo exemplo a região do Sol
108 Nascente, onde é notório que no local há ligações ilegais e lençóis altos. Nesses casos
109 tem que pegar os pontos de jusante do córrego, na hora que a água retorna. Essas
110 questões requerem uma discussão mais ampla. Não sabemos se isso tem que ser feito
111 apenas pela CAESB, mas tem que ser feito juntamente com ela, não só na questão da
112 amostragem como também na análise. **O Presidente** questionou que se não for a
113 CAESB quem poderia fazer isso uma vez que a vigilância sanitária se mostra
114 completamente despreparada para realizar determinadas tarefas. O Conselheiro
115 **Koide/UnB** disse ser contra acabar com a tarifa de contingência, pois essa taxa daria
116 suporte aos órgãos competentes para lidar com essa situação de emergência. Lembrou
117 que é preciso olhar essas questões com cuidado para detectar os problemas e pensar em
118 soluções. A senhora **Rossana/ADASA** lembrou que não adianta intensificar o
119 monitoramento se não implementar ações para conter problemas já detectados, a
120 exemplo da turbidez que já se sabe que está alterada, contudo, não se faz nada para
121 diminuir a turbidez. **O Presidente** sugeriu que seja feita uma proposta à ADASA e a
122 CAESB para que use os recursos da tarifa de contingência para fazer um trabalho
123 adicional, nos moldes do recomendado pelo professor Koide, no sentido de identificar os
124 pontos críticos e as vulnerabilidades e intensificar o controle de qualidade. Também
125 devem ser recomendadas medidas para controlar a turbidez, a exemplo da limpeza e
126 revestimento de redes existentes e substituição de redes comprometidas. Cabe
127 identificar onde precisa de medidas operacionais mais enérgicas, esclarecer a população
128 sobre a turbidez da água *versus* qualidade. É preciso melhorar a gestão da Secretaria de
129 Saúde para que este assunto ganhe mais relevância no âmbito interno. Sugeriu convidar
130 o Secretário de Saúde para comparecer ao CRH para se inteirar da situação e prover
131 alternativas de solução e melhorias. O Conselheiro **Koide/UnB** lembrou que as
132 condições de higiene no comércio de alimentação podem estar comprometidas por conta
133 da situação de racionamento e pode guardar relação com o aumento dos casos de
134 diarreia. O **representante da CAESB** lembrou que estão vislumbrando trabalhar com
135 as unidades de distribuição de água de modo que tenha todas as medições dentro de um
136 Distrito e posteriormente essas medições em tempo real. A senhora **Rossana/ADASA**
137 lembrou que todas essas medidas de melhoria de redes são de médio e longo prazo. De
138 imediato a fiscalização da DIVAL é fundamental, especialmente na inspeção sanitária
139 de carros pipas. O **representante da DIVAL** lembrou que a reservação de água em
140 função do racionamento impulsionou o aumento da incidência do *Aedes Aegypti*. A
141 DIVAL tem trabalhado no acompanhamento da qualidade de água, porém, reconheceu
142 que ainda precisa melhorar, especialmente na inspeção de caminhões pipa que ainda
143 está incipiente. Informou que foi publicada Instrução Normativa que orienta para o
144 cadastramento de caminhões pipas para transporte de água potável, concedido prazo de
145 60 dias para cadastramento e que estes receberão autorização (certificada) para a
146 atividade. **O presidente** lembrou que o importante é observar o disposto no Art. 15 da
147 Portaria 2.914/2011 - MS, de competência da Vigilância. A senhora **Rossana/ADASA**
148 lembrou que os caminhões devem ser monitorados na fonte e na distribuição. Caso saia
149 de outra companhia de abastecimento, que não a CAESB, por exemplo, do Estado do
150 Goiás, é preciso ver como proceder. A vigilância dos caminhões na distribuição cabe à
151 DIVAL. **O presidente** sugeriu que a DIVAL use para os caminhões pipas o modelo de
152 monitoramento por *chips* como é feito pelo SLU/DF para caminhões de coleta de
153 resíduos. Lembrou que é preciso olhar a questão com cuidado e dar a prioridade

154 necessária. Lembrou que esta sendo discutindo saúde da população e que foi detectado,
155 no Lago Paranoá, vibrião colérico inativo. O risco de epidemia existe. Finalizadas os
156 debates o **Presidente** procedeu aos encaminhamentos que serão levados ao Conselho: 1)
157 Proliferação de *Aedes Aegypti* no DF. 2) Qualidade de água na rede, sobretudo, no
158 quesito turbidez. 3) Qualidade de água dos caminhões pipas e relação com casos de
159 diarreia. 4) Racionamento de água *versus* fiscalização aos empreendimentos de
160 produção de alimentos (restaurantes) e relação com o aumento dos casos de diarreia. 5)
161 Sugerir que os recursos resultantes da tarifa de contingenciamento sejam aplicados,
162 também, em melhorias do sistema relacionados às questões levantadas na reunião:
163 levantamento dos pontos críticos e mais vulneráveis (lençol freático alto, áreas com
164 maior probabilidade de ligação clandestina, pontos mais frequentes de vazamentos
165 visíveis, etc.) que vão indicar maiores possibilidades de infiltração e contaminação da
166 água distribuída pela rede. O **presidente** lembrou que algum tempo atrás havia poços de
167 água operados pela CAESB sem cloração e questionou se ADASA tinha conhecimento
168 se esse fato ainda ocorria. A ADASA informou que não mais ocorre. O **Presidente**
169 submeteu à apreciação da CT se era mais apropriado chamar uma extraordinária para
170 apreciar os temas aqui debatidos ou se poderia esperar a reunião ordinária prevista para
171 09/08. A CT, por unanimidade manifestou que, dada a urgência do assunto fosse
172 convocada uma extraordinária para a primeira quinzena de julho e que fosse convidado
173 o Secretário de Saúde para participar da discussão. A ADASA e CAESB se
174 comprometeram em agendar com o Secretário de Saúde uma conversa no sentido de
175 trabalhar de forma preventiva a questão da qualidade da água para consumo humano
176 do DF. O Presidente lembrou que para a reunião do CRH deve ser feita uma
177 apresentação da CAESB, da DIVAL e DIVISA. Também é fundamental a
178 participação do Ministério da Saúde como forma de fortalecer a discussão. Solicitou que
179 a CAESB, na apresentação para o Pleno do CRH, trabalhe prioritariamente, as questões
180 associadas à vulnerabilidade da rede, aqueles pontos onde o sistema apresenta
181 fragilidades, para que o Conselho possa sugerir melhorias. A **representante do MS**
182 sugeriu que seja buscado junto à Vigilância Epidemiológica os dados que vão auxiliar a
183 análise dos fatos sobre surtos e crescimento dos focos. O **Presidente** solicitou que a
184 Secretaria Executiva consulte o Presidente do Conselho sobre a possibilidade de chamar
185 uma reunião extraordinária para apresentar os resultados dessa reunião na primeira
186 quinzena de julho. Não havendo mais considerações, o Presidente deu por encerrada a
187 reunião. A presente ATA será lida, aprovada, assinada pelos conselheiros presentes e,
188 posteriormente, arquivada na GECOL/SUSEC/DF.


MARCOS HELANO MONTENEGRO
Presidente


FERNANDO LUIS DO L. M. STARLING
CAESB

RENATA MACHADO MONGIN
IBRAM

IRENE CUSTÓDIA MAGALHÃES MESQUITA
SEMA/DF

SÉRGIO KOIDE
UNB